

# GUIA ORIENTADOR AOS DOCENTES

## PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E OUTRAS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DURANTE AS AENPE





Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA

## **GUIA ORIENTADOR AOS DOCENTES PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E OUTRAS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DURANTE AS AENPE**

### **COMISSÃO**

A portaria nº 461 de 29 de janeiro de 2021 constituiu a comissão responsável por redigir Instrução Normativa para prover acessibilidade das Atividades de Ensino Não Presenciais - AENPE no IFBA para estudantes com necessidades específicas, formada pelas(os) servidoras(es) abaixo especificadas(os):

Adailton Soares da Silva  
Daiane Sousa de Pina Silva  
Danillo Silva Palmeira  
Dione Lívia Lima Barboza  
Indira de Oliveira Gomes  
Jucymara de Araújo Gonçalves Gomes  
Livia Maria Reis Pereira  
Lucas Marconi Tavares Cerqueira  
Luciane de Oliveira  
Suzete Viana Nascimento

### **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS**

Cacilda Ferreira dos Reis

### **DIRETORA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS**

Marcilene Garcia de Souza

### **REITORA**

Luzia Matos Mota

# EMBASAMENTO LEGAL

O presente documento tem como objetivo orientar as/os docentes através de recomendações de fluxos e procedimentos para prover acessibilidade das Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais - AENPE - no IFBA para estudantes com necessidades específicas, considerando:

- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que demarca a educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, bem como prevê que os sistemas de ensino devem assegurar para as/os educandas/os, público da educação especial, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades.

- as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008, que apresenta a educação especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta as/os alunas/os e suas/seus professoras/es quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

- a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), lei nº 13.146, promulgada em 06 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

- as diretrizes da Resolução CONSUP/IFBA nº 30 (Política de Inclusão do IFBA), de 12 de dezembro de 2017, as quais estabelecem que deverão ser asseguradas as acessibilidades: pedagógica, atitudinal, digital e de comunicação e informação.

- a resolução CONSUP/IFBA nº 30, de 23 de dezembro de 2020, que regulamenta a implementação das Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais (AENPE) nos cursos técnicos, superiores de graduação e de pós-graduação do IFBA, em virtude da situação de excepcionalidade decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

## DISPOSIÇÕES GERAIS

A seguir são apresentadas algumas orientações gerais para as/os docentes no intuito de contribuir com a acessibilidade das/os estudantes com deficiência e outras necessidades específicas, no contexto das Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais/ AENPE, fomentando a promoção da inclusão e participação dessas/es estudantes nas atividades acadêmicas:

- É fundamental o uso de ferramentas digitais e de tecnologias alternativas e/ ou complementares ao AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) que proporcionem a acessibilidade e participação de forma autônoma da/o estudante com deficiência/ necessidades específicas, conforme disposições da Lei Brasileira de Inclusão - LBI - nº 13.146/2015, não havendo possibilidade de recusa do/a docente sob pena da lei.
- Ressalta-se que cada estudante com deficiência/ necessidades específicas possui características, necessidades e potencialidades, daí a importância de ouvir e dialogar com a/o estudante e seus familiares a fim de compreender quais os melhores recursos, estratégias e tecnologias que podem ser utilizados em cada caso.
- Recomenda-se a/ao docente procurar orientações com o NAPNE/CAPNE do Campus, para conhecer os recursos de acessibilidade e ferramentas tecnológicas mais adequadas para atender a/ao estudante matriculada/o em sua turma.
- A avaliação da aprendizagem das/os discentes com deficiência, será feita, preferencialmente, de forma assíncrona. As atividades síncronas podem ser realizadas, devendo ser prevista a pos-

sibilidade de ocorrência de instabilidades e indisponibilidade de acesso à internet para todos as/os participantes. Em ocorrendo, recomenda-se a remarcação das atividades síncronas ou substituição por atividades assíncronas, conforme disposto na resolução CONSUP/IFBA nº 30/2020.

- Caso a/o aluna/o apresente dificuldade, é recomendado que ela/ele frequente a monitoria. Sugere-se, ainda, que a/o docente estimule a formação de grupos virtuais de estudo, nos quais as/os colegas possam auxiliar uns aos outros.
- Sempre que possível, disponibilize o mesmo conteúdo em diferentes mídias. Tal procedimento atende aos sujeitos com diversos estilos de aprendizagem, observando as especificidades das/os estudantes.
- Buscar fazer o Plano Educacional Individualizado- PEI da/o educando/a, levando em consideração as suas necessidades específicas e potencialidades.
- O Plano Educacional Individualizado - PEI enriquece o Atendimento Educacional Especializado - AEE e o processo de ensino-aprendizagem, viabilizando a garantia dos direitos estabelecidos nos documentos oficiais ao longo da história de conquistas para educação especial. Este Plano é uma das ferramentas para a inclusão destas/es estudantes nas salas regulares, oportunizando as/os mesmas/os visibilidade no espaço escolar. É importante que a/o docente da sala regular busque melhores orientações com a/o professor/a de AEE do seu campus para elaboração do PEI da/o estudante com deficiência/ necessidades específicas.
- Uma outra sugestão é a/o docente buscar conhecer o instrumento de anotações individuais acerca da vida acadêmica da/o estudante com Necessidades Específicas - Diário de Bordo. Nesse documento podem ser registrados fotos, vídeos, atividades, relatos familiares, ações realizadas, evolução da/o aluna/o (avanços e retrocessos) e demais informações que contribuam para o acompanhamento das/os estudantes ao longo do curso.
- Em caso de dúvida, as/os docentes devem entrar em contato com o NAPNE/CAPNE do seu campus para orientações. Ou ainda com a Direção de Ensino, caso o campus não tenha este setor.
- Recomenda-se a realização de atendimento ao estudante pela/o docente do AEE, na forma remota (através de videoconferência).

# DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFBA

A educação especial inclusiva no IFBA vem se desenvolvendo a partir de alguns fatores: admissão de mais profissionais especializados, ingresso de um número cada vez maior de estudantes com deficiência e conscientização dos diversos atores sobre a necessidade da quebra de barreiras, sejam elas, pedagógicas, atitudinais ou outras. Percebe-se, através do aumento progressivo de estudantes com deficiência que procuram e ingressam na instituição, que o IFBA vem se tornando uma referência em diversos municípios do estado da Bahia. Esse aumento parece estar relacionado diretamente ao trabalho desenvolvido pelos NAPNES e CAPNES dos Campi que buscam sempre a promoção da acessibilidade e atendimento individualizado às/aos estudantes com deficiência.

Em 2020, por meio de levantamento realizado junto aos Campi, para atendimento a uma solicitação da SETEC/MEC, verificou-se que 02 (dois) Campi do IFBA ainda não possuem nenhuma estrutura para atendimento as/os estudantes com deficiência, os demais encontram-se em estruturação (06) ou já constituídos (14). Dos setores constituídos, 05 (cinco) são coordenações (CAPNES) e 09 (nove) estão estruturados como núcleos (NAPNES).

Ao consultar o Sistema Unificado de Administração Pública -SUAP, no início de 2021, alguns dados a respeito da distribuição das/os estudantes com deficiência no IFBA são apresentados a seguir:

- 240 estudantes com deficiência estão matriculados em cursos técnicos do IFBA. No ensino superior o total é de 97 discentes.
- Nos cursos técnicos há a prevalência de estudantes com deficiência física, seguidos de estudantes com deficiência auditiva e visual. Mas cabe sinalizar a quantidade expressiva de estudantes com deficiência intelectual, deficiência múltipla e autismo que, somados, representam um total de 65 estudantes.
- Nos cursos superiores registra-se a prevalência de estudantes com deficiência física, 43,31% do total de estudantes com deficiência matriculados. O segundo grupo mais numeroso é o de estudantes com deficiência visual (30), seguidos por estudantes com deficiência auditiva (14). Nos cursos superiores não há estudantes com deficiência múltipla matriculados.
- Verifica-se que nenhum estudante com surdocegueira está matriculado em cursos do IFBA.

## CONCEITOS

### ACESSIBILIDADE

O termo acessibilidade tornou-se muito utilizado em todos os meios sociais a partir das lutas pela inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência, buscando-se, assim, condições igualitárias de acesso a coisas, lugares e pessoas. Segundo Viviane Panelli Sarraf (2012, p.17):

A acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir dos conceitos de Inclusão Social. Os benefícios da acessibilidade possibilitam a melhoria da qualidade de vida da população com e sem deficiência, proporcionando liberdade de escolhas e abertura de horizontes pessoais, profissionais e acadêmicos. (SARRAF, 2012)

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (2004), define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Esta definição contempla exclusivamente o sentido do acesso arquitetônico. Segundo a Norma Reguladora Brasileira - NBR 9050/2004, promover acessibilidade constitui eliminar barreiras arquitetônicas, urbanísticas ou ambientais que impeçam a aproximação, transferência ou circulação. Afirma-se também que espaço acessível é aquele que pode ser alcançado e utilizado por qualquer pessoa, inclusive por aquelas com mobilidade reduzida.

Vanessa Paulino, Priscila Correa e Eduardo Manzini (2008, p. 48) também conceituam acessibilidade por este prisma, quando afirmam que ter acesso é:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida. (PAULINO; CORREA; MANZINI, 2008)

A acessibilidade é um requisito que precisa contemplar todos os contextos e aspectos da atividade humana. A mesma deve ser projetada sob os princípios do desenho universal, para que possa beneficiar todas as pessoas, tenham ou não algum tipo de deficiência.

Amanda Melo, Cecília Baranauskas (2008, p.45) dividem a acessibilidade em seis aspectos:

1) Acessibilidade Arquitetônica: não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes individuais ou coletivos; 2) Acessibilidade Comunicacional: não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual; 3) Acessibilidade Metodológica: não deve haver barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos; 4) Acessibilidade Instrumental: não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação; 5) Acessibilidade Programática: não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos; 6) Acessibilidade Atitudinal: não deve haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (MELO; BARANAUSKAS, 2008)

## BARREIRAS

A Lei Federal nº13.146/15 aborda, em seu conceito, uma relevante contribuição quando discute as barreiras que são impostas às pessoas com deficiência, impedindo assim o acesso social. Esta lei, igualmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, compreende essas barreiras como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (BRASIL, 2015)

As barreiras na acessibilidade da educação destacam-se, enquanto: barreiras arquitetônicas, barreiras comunicacionais, barreiras metodológicas, barreiras instrumentais, barreiras programáticas e as barreiras atitudinais. Dessa forma, a acessibilidade, do ponto de vista da Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146 de 2015, e do Decreto da Acessibilidade (nº 5296/2005), é a possibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida alcançar com segurança e autonomia mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, os meios de transportes, informação e comunicação, e, ainda, as tecnologias e outros serviços de uso coletivo em todos os espaços (BRASIL, 2015).

## TECNOLOGIA ASSISTIVA

A tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, conforme a Lei nº 13.146/15, art. 3º, Inciso III, é uma expressão utilizada para identificar todos os “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, prática e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”, em uma perspectiva de desenvolvimento das potencialidades humanas, valorização de desejos, habilidades, expectativas positivas (BRASIL, 2015).

## INCLUSÃO/EDUCAÇÃO ESPECIAL

A inclusão escolar surgiu com as transformações na sociedade e a elaboração e promulgação de leis garantindo o direito das pessoas Público-alvo da Educação Especial (estudantes com deficiência e outras necessidades específicas). A inclusão escolar não se fundamenta somente no cumprimento de efetivação da matrícula: ela deve garantir que a aprendizagem aconteça, desenvolvendo, assim, as habilidades necessárias para a autonomia dos alunos em contexto (DECHICHI, 2012).

A educação escolar inclusiva deve comprometer-se em garantir o desenvolvimento da cidadania para todos as(os) alunas(os), inclusive os alunas(os) Público-alvo da Educação Especial, promovendo a sua participação total em todas as atividades desenvolvidas, com respeito às diferenças e limitações de cada um, visando à equidade e igualdade de oportunidades. É de fundamental importância, do mesmo modo, o convívio desse público com os demais, pois esta interação favorece o seu pleno desenvolvimento, a aprendizagem, o fortalecimento dos vínculos afetivos, além de elevar a autoestima.

De acordo com Mendes (2002), a proposta de educação inclusiva se tornou um dos focos da política educacional incitada pelos movimentos sociais na luta pela equiparação de oportunidades para todas as pessoas na perspectiva de superação da exclusão daqueles que, ao longo da história, sofreram a desigualdade e estiveram à margem da sociedade.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada na ONU em 2006, e ratificada integralmente pelo Brasil em 2008 com o status de Emenda Constitucional, preconiza a necessidade da inclusão educacional, em todos os níveis, das/os estudantes com deficiência, e tipifica claramente a falta de acessibilidade como uma evidente forma de discriminação. É, portanto, a própria Lei maior do país, a Constituição Brasileira de 1988, que assim se manifesta.

Em consonância com a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da inclusão, de 2008, define que a Educação Inclusiva se constitui como um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidade de ensino, é transdisciplinar. Reconhecemos que no Brasil as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência têm tido muitos avanços nos últimos anos, principalmente em relação à garantia do acesso à escola comum. Porém, faz-se necessário que esta escola se adeque e promova mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais para que garanta não somente o acesso das/os alunas/os Público-alvo da Educação Especial, mas a sua permanência e aprendizagem. É necessário ainda que sejam desenvolvidas ações mais pontuais e eficazes para a formação continuada de todos os envolvidos na comunidade escolar (professores, funcionários, gestores e famílias).

## ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é ofertado para alunas/os com deficiências como: surdez, Intelectual, auditiva, física, múltipla, e surdocegueira; assim como Transtorno do Espectro Autista-TEA e Altas Habilidades/Superdotação- AH/SD, estando proposto em documentos de âmbito federal como a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva aprovada em 2008 e na Resolução nº 04 de 2009 do Conselho Nacional de Educação, sendo obrigatória a oferta pelos sistemas de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva prescreve que o Atendimento Educacional Especializado–AEE é um serviço da Educação Especial, realizado no turno oposto ao frequentado pelo aluno no Ensino Regular, e sua oferta é obrigatória a todos os alunos público-alvo da Educação Especial. Vale salientar que o profissional que atua neste atendimento é a/o professor/a de Educação Especial, que precisa ter formação específica para esta área de atuação.

Ainda de acordo com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esse atendimento tem como função identificar, elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação das/os alunas/os, considerando suas necessidades específicas. Este documento informa ainda que as atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado–AEE devem diferenciar-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutiva à escolarização, a formação das/os alunas/os com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Convém explicitar que a Resolução nº 04 de 2009, do Conselho Nacional de Educação, em seu parágrafo primeiro, determina que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado–AEE, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado–AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

# ORIENTAÇÕES

## 1. DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual é uma deficiência sensorial, subdividida em cegueira e baixa visão. Pessoas cegas são aquelas que apresentam “desde a ausência total de visão, até a perda da projeção de luz”. O processo de aprendizagem se fará através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar), utilizando o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita. (BRASIL,2006. p.17)

As/os estudantes cegas/os utilizam os sentidos remanescentes no processo de aprendizagem. Assim, o uso de estratégias, metodologias, recursos, ferramentas, tecnologias e materiais didáticos que considerem estas especificidades são de fundamental importância para a construção do conhecimento dessas/desses estudantes.

Pessoas com baixa visão são aquelas que apresentam “desde condições de indicar projeção de luz, até o grau em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desempenho”. Seu processo educativo se desenvolverá, principalmente, por meios visuais, ainda que com a utilização de recursos específicos. (BRASIL,2006, p.16 )

A baixa visão refere-se a um comprometimento do funcionamento visual, em ambos os olhos, que não pode ser corrigido, por exemplo, com o uso de óculos convencionais, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas. Para as/os estudantes com baixa visão faz-se necessária a utilização de estratégias e de recursos específicos, sendo muito importante o uso de recursos de acessibilidade adequados que contribuam para uma melhor qualidade de ensino. (ARRUDA et. al, 2010).

A seguir são apresentadas algumas orientações para as/os docentes no intuito de contribuir com a acessibilidade das/os estudantes com deficiência visual, cegos e com baixa visão, no contexto das Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais- AENPE, a fim de promover a inclusão e participação dessas/desses estudantes nas atividades acadêmicas:

### 1.1 ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA ESTUDANTES CEGOS

- No contexto das AENPE em que são utilizadas tecnologias digitais de comunicação e informação para mediação do processo de ensino e aprendizagem, é importante a/o docente dialogar com as/os discentes a fim de identificar se existem barreiras tecnológicas que dificultem o acesso das/os estudantes com deficiência visual aos recursos tecnológicos, mídias digitais e ambiente virtual de aprendizagem (AVA).
- As tecnologias assistivas - TAs - são uma das possibilidades para transpor as barreiras digitais, a saber: a utilização de softwares leitores de tela e sintetizadores de voz (Exemplo: NVDA, JAWs). Nesse sentido, a navegação no ambiente virtual de aprendizagem tais como o Moodle e o Google Class Room precisa ser compatível com os softwares citados e com a utilização de atalhos do teclado.
- Os hiperlinks devem ser facilmente identificados. Por exemplo: quando utilizar hiperlinks dentro do texto evite escrever “clique aqui”, pois isso dificulta a navegação das/os discentes cegas/os, escreva de forma clara do que se trata, exemplo: acesso ao site (nome do site).
- Os documentos digitais precisam ser acessíveis: o leitor de tela não consegue interpretar arquivo digital no formato PDF ou de imagem, desse modo é preciso utilizar a ferramenta de OCR (Optical Character Recognition) para converter o conteúdo de documentos digitalizados em imagem em textos acessíveis.

- Outra maneira de tornar os documentos digitais acessíveis é realizar a descrição textual de imagens, tabelas, gráficos e ilustrações que aparecem no corpo do texto (recurso de audiodescrição).
- O podcasts é mais um recurso digital que pode ser utilizado. Por exemplo: a/o docente ao disponibilizar uma orientação por escrito, tais como a apresentação da disciplina ou um roteiro de uma tarefa no AVA, pode também converter as informações escritas para o áudio através do uso de podcasts.
- Dúvidas em relação a acessibilidade de materiais e recursos digitais devem ser encaminhadas para o NAPNE/ CAPNE do campus para orientações.
- É fundamental o uso de ferramentas digitais e de tecnologias alternativas e/ ou complementares ao AVA que proporcionem a acessibilidade e participação de forma autônoma da/o estudante com deficiência visual, conforme disposições legais da Lei Brasileira de Inclusão - LBI - nº 13.146/2015, não havendo possibilidade de recusa da/o docente sob pena da lei.

## 1.2 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA ESTUDANTES CEGOS

- As/os docentes das disciplinas dos cursos devem realizar um trabalho colaborativo com o NAPNE / CAPNE e professor(a) do Atendimento Educacional Especializado - AEE - do campus no planejamento de ensino, elaboração e seleção de recursos e materiais didáticos acessíveis.
- Recomenda-se às/os docentes das disciplinas dos cursos agendar horário de atendimento remoto e individualizado com a/o estudante cego, quando se fizer necessário.
- Os materiais didáticos precisam apresentar recursos de acessibilidade. Exemplo: ao indicar links de sites para acesso a conteúdos pedagógicos, é possível verificar a acessibilidade dos sites através de simuladores que avaliam a acessibilidade (<https://asesweb.governoeletronico.gov.br/avaliar>).
- Ao editar documentos digitais, como em editores de texto e apresentação de slides, também é preciso verificar a acessibilidade, através da ferramenta verificador de acessibilidade presentes nos editores, para que as/os estudantes cegas/os tenham acesso aos conteúdos.
- Sugere-se a disponibilização para as/os estudantes, com antecedência, dos materiais didáticos que serão utilizados na disciplina (Exemplo: apresentações de slides, textos, vídeos, entre outros)
- Orienta-se a utilização de vídeos dublados em língua portuguesa e com audiodescrição (orientações sobre audiodescrição serão abordadas em item específico).
- Quanto à realização de webconferências, é preciso que o/a docente: descreva as imagens, figuras, ilustrações, tabelas e gráficos que serão transmitidos durante as apresentações nas aulas síncronas; utilize plataformas que sejam acessíveis ao leitor de tela (exemplo: Google Meet); verifique com a/o estudante a plataforma mais acessível para ela/ele; faça uma explanação dos conteúdos de forma que a/o estudante cega/o possa ouvir bem; além de organizar os momentos de falas durante os encontros síncronos para que a/o estudante cega/o possa ouvir com clareza o professor/a e colegas de turma, evitando o excesso de ruídos. Ao finalizar a atividade síncrona, a/o professor precisa comunicar o encerramento da webconferência.
- Evite a utilização de emoticons, pois o software leitor de tela não consegue fazer a leitura de forma fidedigna.

- Recomenda-se a realização do atendimento ao estudante pela/o docente do AEE, na forma remota (exemplo: através de videoconferência utilizando o Google Meet ou através de aplicativos que possibilitam videochamada).

### 1.3 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA E DIGITAL PARA ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO

A fim de promover a acessibilidade pedagógica e digital para as/os estudantes com baixa visão, torna-se necessário em relação ao/a docente:

- Sempre ouvir as/os educandas/os sobre o que é melhor para ela/ele; a participação familiar nesse processo também é fundamental.
- Usar contrastes nas atividades, inclusive em slides, exemplo: fundo branco com letras pretas, fundo amarelo com letras azul marinho ou pretas, fundo laranja com letras pretas.
- Usar fonte ampliada, sendo recomendado: Arial, Verdana e Tahoma, dando preferência a letras maiúsculas (verificar com a/o aluna/o se o uso do negrito é mais confortável). O tamanho da fonte vai precisar se adequar a cada aluno, sugerimos entre, 16 mínima e a máxima de 24.
- Evitar enunciados muito extensos nas atividades e os excessos de figuras; caso seja necessário à utilização, fazer a descrição das mesmas.
- As atividades devem ser disponibilizadas com antecedência para as/os alunas/os com baixa visão, permitindo que a participação do educando seja efetiva.
- Sempre verificar as condições de iluminação natural do ambiente, e se existe a necessidade de iluminação artificial.
- Os conteúdos apresentados na lousa ou em slides devem ser verbalizados, avisando quando tiver imagens, links para sites ou vídeos.
- Utilizar pranchas inclinadas para apoio do material de leitura. Elas ajudam a manter o material em um ângulo de 45 graus com o plano da mesa, possibilitando que a linha de visão seja perpendicular ao plano do texto, oferecendo maior conforto e manutenção do foco com uso do auxílio óptico.
- Nas atividades escritas, selecione com a/o estudante qual o melhor tipo e tamanho da fonte a ser utilizado, considerando-se o espaçamento entre as letras e entre as linhas.
- Selecione com a/o discente o tipo de pauta a ser utilizado, considerando o espaçamento, espessura e intensidade de cor, faça uso de fontes simples (fontes muito elaboradas – com muitos detalhes – dificultam a leitura).
- Usar audiodescrição sempre que for necessário para slides, vídeos, fotografias, imagens estáticas e para a autodescrição das/os profissionais que se encontram nos ambientes, sejam virtuais ou presencial.
- Verificar a necessidade de tempo adicional para realização de atividades e tarefas.
- Buscar informações e orientações com o NAPNE/ CAPNE e professor/a do AEE do campus acerca dos materiais, recursos, equipamentos e Tecnologia Assistiva que são ou devem ser utilizados pelos estudantes.

- as/os estudantes com baixa visão podem necessitar de recursos ópticos e não ópticos no seu processo educacional, a saber:

#### Auxílios ópticos específicos para Baixa Visão:

- ▶ Lupas manuais.
- ▶ Lupas de apoio.
- ▶ Telelupas
- ▶ Circuito fechado de TV
- ▶ Prismas

#### Auxílios Não- ópticos que podem auxiliar a/o estudante com baixa visão:

- ▶ Caderno com pauta ampliada e reforçada.
- ▶ Lápis 3B ou 6B.
- ▶ Caneta hidrográfica ( caneta de escrita grossa).
- ▶ Livros didáticos ampliados.
- ▶ Celofane amarelo para auxiliar no controle da iluminação. Existem pessoas que necessitam de iluminação dirigida ao material de leitura e escrita, evitando a luz direta nos olhos. Outras, enxergam melhor em ambientes menos iluminados, que são aquelas que têm fotofobia (sensibilidade à luz). Outras necessitam de lentes e filtros que diminuem o ofuscamento e aumentam o contraste.
- ▶ Aumento do contraste: canetas de pontas porosas, pincel atômico preto que dá contraste nos cadernos ou nas folhas brancas; cores fortes em papel branco, lápis 5B ou 6B (há estudantes que precisam usar esses lápis porque não conseguem enxergar o que escrevem se o lápis tiver grafite claro).
- ▶ Ampliação de livros, jogos, apostilas, agendas.
- ▶ Acessórios: guia de leitura é um facilitador de leitura que serve para destacar uma ou mais linhas, pode ser feito com papel cartão preto ou escuro e sem brilho, na forma retangular, tipo régua. Substituir papel com pautas pretas por cadernos de pautas pretas e ampliadas.

## 1.4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- Estabelecer critérios claros que indiquem as/os estudantes o que se espera em termos de aprendizagem e quais parâmetros utilizados nos instrumentos de avaliação.
- Utilizar instrumentos avaliativos diversificados, por exemplo: gravação de áudio pelo celular, produção de podcasts, seminários, prova oral via webconferência, envio de produções escritas, atividades individuais e em grupo, projetos, portfólios, entre outros.
- Adaptar os instrumentos de avaliação às necessidades e características das/os estudantes. Assim, caso necessário, a/o estudante pode ter o tempo ou prazo adicional/ ampliado para realização ou entrega das atividades avaliativas.
- Garantia do uso de instrumentos de avaliação que utilizam ferramentas digitais e tecnologias acessíveis, possibilitando ao/à estudante fazer uso de tecnologias assistivas para realizar as atividades avaliativas.
- Fornecer feedbacks das avaliações de aprendizagem: quais as dificuldades identificadas, como a/o estudante pode melhorar no seu aprendizado e quais os avanços já alcançados.

- Verificar se as tecnologias, ferramentas, recursos digitais que serão utilizados para aplicar o instrumento de avaliação são acessíveis para a/o estudante.
- Ressalta-se que cada estudante com deficiência visual possui características, necessidades específicas e potencialidades, daí a importância de ouvir e dialogar com a/o estudante e seus familiares a fim de compreender quais as melhores estratégias e metodologias de ensino.

## 2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Segundo o DSM-5 — Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais — o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. No geral, estudantes com autismo podem apresentar: gestos repetitivos e estereotipados, rotina rígida, pensamento concreto, resistência a contatos físicos e dificuldade de interação social.

O Transtorno do Espectro Autista engloba diversos tipos de transtornos autistas e diferentes níveis.

### 2.1 ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA ESTUDANTES COM TEA

- Os estudantes com TEA podem não compreender que assistir aulas online é um procedimento educacional. Para muitos, o celular ou o computador é um meio para “brincar”, assistir seus vídeos de desenho, música ou jogos, e não para estudar. Além disso, em alguns casos pode ser necessário a mediação dos pais/ responsáveis para compreensão da nova rotina no contexto do ensino remoto.
- Utilizar programações visuais pode ser positivo para as aulas online, pois o processamento visual pode ser favorecido nos alunos autistas. Fornecer instruções de maneira visual, usando imagens, objetos ou animação, pode ajudar o aluno autista a processar as informações de uma forma mais eficiente e menos estressante.
- Ao planejar o design de uma página web ou de slides e apresentações, evite o excesso de elementos e conteúdos. Isso pode distrair ou causar uma sobrecarga cognitiva e sensorial por apresentar muita informação. Interfaces simples ajudam no foco e guiam o estudante para realizar as ações necessárias na tarefa atual.
- Reduza a complexidade projetando telas mais sucintas, com uma ação principal por página e dividindo em várias telas caso a tarefa tenha várias ações.
- Procure evitar o uso de cores muito saturadas e com excesso de brilho que causam desconforto.
- Pessoas com TEA podem apresentar sensibilidade auditiva, sendo assim, sons devem ser usados com cautela. Sons muito agudos e que remetem a explosão devem ser evitados.

### 2.2 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA ESTUDANTES COM TEA

- Ao saber que tem um estudante com TEA matriculado na turma, é importante que o professor desenvolva estratégias de ação pensadas a partir de planejamento realizado em conjunto com o setor de Atendimento aos estudantes com deficiência (NAPNE ou CAPNE).

- Uma/Um estudante com síndrome de Asperger difere de uma/um estudante com autismo, embora ambas sejam TEA. Daí a importância de procurar informações sobre o grau e a síndrome do seu aluno. Os jovens com síndrome de Asperger apresentam mais questões relacionadas à socialização e ajustamento comportamental. Pode acontecer de evitarem ligar a câmera durante as aulas.
- Antes do início do semestre, busque se informar sobre as potencialidades cognitivas do(a) estudante com TEA, qual o tempo de tolerância ao aprendizado, e de tolerância aos meios eletrônicos para definir a quantidade de aulas síncronas e assíncronas para esse estudante.
- Estudantes com Transtornos do Espectro Autista (TEA), frequentemente, apresentam apego a rotinas. Dessa forma, o(a) professor(a) pode facilitar a previsibilidade da rotina, usando instrumentos de planejamento visual, como agendas, calendários e sequência das atividades, indicando o que vai acontecer e em quais momentos.
- Busque fracionar as atividades.
- Busque oferecer instruções claras e diretas, usando palavras concretas. Evite uso de metáforas, por exemplo.
- Respeite a necessidade de o(a) estudante estar um momento sozinho, de caminhar ou simplesmente perambular.
- Para o(a) estudante autista, a rotina é reconfortante. Ele(a) se beneficia de ambientes previsíveis e estruturados com altos níveis de rotina, inclusive, para seu aprendizado.
- Por apresentar dificuldades de interação social, o(a) estudante com TEA pode necessitar da mediação do(a) docente nas atividades em grupo (o(a) docente pode verificar se o(a) estudante está inserido e participando das atividades em grupo).

### 2.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- Procure avaliar a/o estudante com TEA de forma processual, pois avaliações pontuais são mais difíceis para essas/es estudantes que necessitam de mais tempo e, às vezes, de atividades fracionadas.
- As/Os alunas/os com autismo podem se beneficiar de atividades mais estruturadas, com preferência pelo processamento de informação visual e instrução explícita.
- Utilizar audiodescrição para atividades que envolvam a necessidade de linguagem figurada ou linguagem subjetiva (charges e metáforas, por exemplo) para facilitar a compreensão dessas/es estudantes.

## 3. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A deficiência intelectual está relacionada ao comprometimento cognitivo, prejudica as habilidades adaptativas, sociais e de comunicação, o que pode levar os indivíduos a apresentarem tempos e formas diferentes de compreensão dos conteúdos, podendo dificultar o processo de aprendizado.

Algumas/uns alunas/os compreendem melhor quando a informação é passada por um tipo de canal sensorial que outros. O uso de imagens pode auxiliar nesse processo.

A seguir serão apresentadas algumas orientações a fim de estabelecer a participação e compreensão do conteúdo pelos(as) alunos(as) nas Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais - AENPE, garantindo assim o direito legal de inclusão social da pessoa com deficiência intelectual.

### 3.1 ACESSIBILIDADE DIGITAL AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

- Recomenda-se a utilização de diferentes formas de exposição do conteúdo como exemplo de filmes, músicas, sites e reportagens para que a compreensão seja alcançada;
- Ao preparar as aulas, recomenda-se que os slides sejam “limpos”, sem volume de informação e elementos visuais, e que sejam utilizadas imagens que possam explicar o texto;
- O uso de plataformas que permitam configurar o padrão de acessibilidade, a exemplo do Moodle, do RNP, do Microsoft Teams, pode facilitar a preparação das aulas para turmas de pessoas com deficiência.

### 3.2 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

- É fundamental que as práticas e recursos de ensino, aprendizagem e avaliação utilizados sejam compatíveis com o tipo e grau da deficiência, considerando as habilidades e dificuldades da/o aluno;
- A linguagem utilizada durante as aulas deve ser clara, objetiva e simples. Indivíduos com deficiência intelectual têm dificuldade de aprendizagem e de retenção de informações;
- A apresentação de roteiros práticos reais, com exemplos do cotidiano da/o aluno, facilitam o entendimento e a memorização do conteúdo;
- É recomendado que a/o docente disponibilize o conteúdo a ser trabalhado com antecedência para que a/o aluna/o tenha a possibilidade de realizar leitura prévia, uma vez que precisa de um tempo diferenciado para compreensão;
- Fracionar o conteúdo em partes para facilitar a compreensão da/o aluna/o, quando o mesmo for extenso. Utilizar essa estratégia também com as avaliações.

### 3.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- A/O docente deve realizar atividade avaliativa que explore as capacidades verbal e escrita, a fim de oportunizar os vários tipos de aprendizado;
- Recomenda-se a fixação de prazos das atividades avaliativas com antecedência e a programação de lembretes para auxiliar as/os estudantes na organização da rotina de estudos;

## 4. A AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO DE ACESSIBILIDADE NA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA.

Audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional, que consiste na descrição objetiva de todas as informações permitindo que as pessoas com deficiência visual ouçam o que é apreciado visualmente. Esse recurso amplia e facilita o conhecimento, oportunizando às pessoas com deficiência visual (cegos e com baixa visão), deficiência intelectual, autistas, uma maior autonomia e independência através do entendimento do que lhe é apresentado. Segundo Livia Mota (2003), audiodescrição é a arte de transformar aquilo que é visto no que é ouvido. É o visual transformado em verbal.

É possível, através deste recurso, descrever materiais pedagógicos, espaços físicos, expressão facial, linguagem corporal. Ela pode ser utilizada na escola, em televisão, filmes, peças de teatro, museus e exposições de artes, entre outros. Permitindo que pessoas com deficiência tenham oportunidades de igualdade no acesso à informação, respeitando um direito garantido na lei nº13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão -, que traz no capítulo IV, artigo 27, Parágrafo único, ser “dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.”

Onde a Audiodescrição pode ser aplicada:

- ▶ Peças de teatro, televisão, exposição de artes, eventos culturais;
- ▶ Palestras, seminários, congressos, shows, feiras culturais, filmes;
- ▶ Livros didáticos, eventos sociais, revistas, jornais, charges;
- ▶ Tabelas, mapas, fotografias, gráficos, desenhos, espetáculos de dança;
- ▶ Sites, descrição de ambientes, imagens diversas.

A função da Audiodescrição:

- ▶ Autonomia do público - alvo
- ▶ Independência
- ▶ Acesso à informação
- ▶ Acesso a arte, cultura e ao conhecimento em geral
- ▶ Sentimento de pertencimento ao ambiente no qual se encontra

Seguem abaixo algumas **dicas** para utilização da audiodescrição em ambientes educacionais, na elaboração de atividades para alunas/os cegos, com baixa visão, deficiência intelectual, transtorno do espectro autista:

### 1. Como descrever as imagens?

- a) Descreva imagens: de cima para baixo, da esquerda para a direita, do centro para as laterais. Emoções, cores, formas e o contexto do cenário precisam ser descritos.
- b) Buscar conciliar os assuntos a serem abordados com vídeos que contenham audiodescrição.

### 2. Quanto a localização:

- a) O ponto de vista é sempre o do espectador, estabeleça referenciais a partir da própria imagem;

### 3. Quanto às características da imagem descrita:

- a) Orientação espacial: informar à/ao discente sobre o ambiente ao qual se refere (exemplo: se a imagem se refere a uma área externa/interna, sempre explicando o contexto na qual a imagem está inserida)
- b) Cores, formatos, relevo, medida, tamanhos.

#### 4. Quanto às emoções, gestos e expressões:

a) Descreva as manifestações físicas de emoções e sentimentos.

#### 5. Quanto às analogias:

a) Sempre que possível, compare formas e dimensões com objetos amplamente conhecidos ou com sensações táteis; letras podem dar uma boa ideia de formatos (se possível trazer a figura, deixar tocar nos objetos, construí-los em alto relevo).

b) Informar sobre o posicionamento de imagens e de pessoas. Exemplo: direita/ esquerda; acima/ abaixo, ao lado/ no centro.

## 5. DEFICIÊNCIA FÍSICA

A deficiência física é caracterizada pelo comprometimento da mobilidade, da coordenação motora geral, acometendo um ou mais segmentos do corpo humano, podendo afetar também a fala em diferentes graus e gravidade. Essa condição de saúde se dá em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, além de má formações congênitas ou adquiridas.

A seguir serão apresentadas algumas orientações a fim de se estabelecer o bom relacionamento e a participação dos(as) alunos(as) nas Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais - AENPE, garantindo assim o direito legal de inclusão social da pessoa com deficiência física.

### 5.1 ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

- Recomenda-se que as aulas sejam acessíveis com utilização de títulos em todos os slides e textos pequenos;
- É importante que tabelas, imagens e gráficos tenham descrições para facilitar o entendimento do aluno;
- O(A) docente deve indicar podcasts e vídeo aulas do tema trabalhado para que o(a) aluno(a) possa visualizar em momentos diferentes, favorecendo assim a fixação do conteúdo, além de diluir o tempo de uso da tela e, portanto, da postura sentado;
- Em casos de limitações mais acentuadas como tetraplegia, o docente pode verificar junto ao NAPNE/ CAPNE as necessidades de tecnologias assistivas para o acompanhamento das atividades remotas, por exemplo: pranchas de comunicação, softwares livres que permitam a utilização do computador por meio de comandos de voz ( exemplo: <http://www.novoser.org.br/xulia.html>).

### 5.2 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA OS(AS) ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

É importante salientar que os indivíduos com deficiência física possuem especificidades no que diz respeito ao tempo de realização das atividades propostas, uma vez que podem apresentar desconforto físico ou dor quando mantêm postura estática prolongada em frente às telas, bem como na realização de movimentos repetitivos. Desta forma, é fundamental que os procedimentos e recursos utilizados pelos(as) docentes sejam flexibilizados (tempo, prazos e devolutiva de avaliações) para garantir o processo ensino-aprendizagem.

- Recomenda-se que a/o docente se atente para a realização de pausas durante as atividades síncronas, bem como à marcação dos atendimentos individualizados, se possível, em dias distintos às aulas.
- É recomendado a disponibilização prévia do material didático a ser trabalhado para que a/o aluna/o tenha mais tempo de apropriação do conteúdo e desta forma possa gerar dúvidas, as quais já poderão ser sanadas na aula do tema;
- Recomenda-se à/ao docente que disponibilize roteiros do que foi falado nas aulas, bem como cópia do material trabalhado. Algumas/uns alunas/os com deficiência física podem, devido às alterações motoras, não conseguir fazer os registros necessários a tempo;
- Caso a/o aluna/o apresente dificuldade, é recomendado que ela/e frequente a monitoria. Recomenda-se ainda que a/o docente estimule a formação de grupos virtuais de estudo, nos quais as/os colegas possam auxiliar uns aos outros;
- É relevante lembrar a importância da participação da família para os(as) alunos(as) com deficiência física no processo de ensino não presencial.

### 5.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- Organizar para conceder um tempo maior, em relação ao da maioria, caso seja necessário, para realização das atividades avaliativas. As/Os alunos com deficiência física podem apresentar tremores, redução de força muscular e dificuldade em coordenar o movimento (comprometimento motor) bem como dormência, formigamento (comprometimento neural) ao repetir movimentos;
- Nas avaliações que sejam necessários registros manuais, recomenda-se à/ao docente o uso de critérios diferenciados para avaliar;
- Nos casos em que a/o aluna/o não consiga a escrita, recomenda-se que a/o aluna/o seja avaliado(a) oralmente;
- Em caso de dúvida, as/os docentes devem entrar em contato com o NAPNE/CAPNE do seu campus para orientações. Ou ainda para a Direção de Ensino, caso o campus não tenha NAPNE/CAPNE;
- Sempre que possível, disponibilize o mesmo conteúdo em diferentes mídias. Tal procedimento atende aos sujeitos com diversos estilos de aprendizagem.

## 6. TDAH

De acordo com DSM-5, o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade é um transtorno do neurodesenvolvimento que traz à pessoa déficits de atenção, desorganização e/ou hiperatividade e impulsividade, acarretando em prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional (DSM, 2014, p.61). A pessoa com TDAH pode ter dificuldade em concentrar-se nas atividades, falta de atenção constante, atividade excessiva e inquietação.

## 6.1 ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA ESTUDANTES COM TDAH

A seguir serão apresentadas algumas orientações para os(as) docentes com intuito de contribuir com a acessibilidade dos estudantes com TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, no contexto das Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais – AENPE, a fim de promover a inclusão e participação desses(as) estudantes nas atividades acadêmicas:

- No geral, estudantes com TDAH podem apresentar dificuldades em concentrar-se, sendo assim, durante as aulas remotas síncronas a/o discente pode dispersar-se durante as explicações e ter prejuízos no que se refere a conteúdos e avisos. É importante que as aulas síncronas sejam gravadas e disponibilizadas em tempo hábil para que a/o estudante reveja a aula e não tenha prejuízos na sua aprendizagem.
- Em aulas que são utilizadas apresentações em slides com textos extensos, sublinhar, colorir ou destacar as partes mais importantes do texto.
- As explicações podem ser repetidas pela/o docente, para uma maior atenção e esclarecimentos para a/o estudante.
- Sempre que possível, diversificar os materiais apresentados; optar por recursos audiovisuais, como imagens e vídeos, aumenta consideravelmente o interesse das/os estudantes na aula e, portanto, melhora a atenção sustentada.
- O uso de calendários, murais virtuais e outros mecanismos com lembretes ajuda a/o estudante com datas e a cumprir prazos de entrega das atividades, trabalhos solicitados e provas.

## 6.2 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA ESTUDANTES COM TDAH

- Sugere-se que as/os docentes das disciplinas dos cursos devem realizar um trabalho colaborativo com o NAPNE/ CAPNE e professor/a do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do campus no planejamento de ensino, elaboração e seleção de recursos e materiais didáticos acessíveis.
- Recomenda-se às/aos docentes das disciplinas dos cursos agendar horário de atendimento remoto e individualizado com o estudante com TDAH.
- Algumas/uns estudantes com TDAH processam informações de forma diferente, sendo assim, considere oferecer tempo extra para que possam sanar dúvidas, bem como realizar atividades.
- Recomenda-se o uso de instruções claras e diretas, pois são assimiladas com mais qualidade.

## 6.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- Algumas/uns estudantes com TDAH podem apresentar dificuldades em desempenhar tarefas de longo prazo, sendo assim, fracionar trabalhos em partes, estabelecer etapas e dividir datas de entrega podem ser alternativas para que estas/es discentes realizem atividades longas.
- Tendo em vista que cada aluna/o aprende no seu tempo e que as estratégias deverão respeitar a individualidade e especificidade de cada uma/um, oferecer sempre que possível atividades diversificadas que despertem o interesse e a motivação.

- Quanto à avaliação da aprendizagem dos(as) estudantes com TDAH nas AENPE, recomenda-se que as provas sejam feitas, preferencialmente, de forma assíncrona, podendo ser realizadas de maneira síncrona desde que seja oferecido tempo adicional para finalização das mesmas.

## 7. TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM: DISGRAFIA / DISORTOGRAFIA / DISCALCULIA / DISLEXIA / DISLALIA

Transtorno Específico de Aprendizagem é um termo guarda-chuva que abrange diferentes condições neurológicas, utilizado para descrever dificuldades específicas que afetam a aprendizagem e o processamento de informações e o uso de habilidades acadêmicas básicas.

- Disgrafia e Disortografia são transtornos específicos da aprendizagem com comprometimento na expressão escrita. A disgrafia está relacionada à grafia e ao traçado, evidenciando uma escrita mal elaborada. Diferente da disgrafia, a disortografia afeta as aptidões da escrita, a/o estudante apresenta dificuldade na estruturação, organização e produção da escrita, nota-se uma acentuada quantidade de erros ortográficos.
- Discalculia é um transtorno específico da aprendizagem que apresenta um padrão de dificuldades caracterizado por problemas no processamento de informações numéricas, aprendizagem de fatos aritméticos e realização de cálculos precisos ou fluentes.
- Dislexia é um transtorno específico das habilidades de leitura, caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldade de ortografia. Alguns disléxicos não conseguem identificar linhas diagonais retas.
- A Dislalia está ligada a dificuldade na emissão da fala, apresenta pronúncia inadequada das palavras, com trocas de fonemas e sons errados, tornando a fala confusa e muitas vezes de difícil compreensão.

### 7.1 ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO ESPECÍFICO DE APRENDIZAGEM

A seguir serão apresentadas algumas orientações para os(as) docentes com intuito de contribuir com a acessibilidade dos estudantes com Transtorno Específico de Aprendizagem, no contexto das Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais – AENPE, a fim de promover a inclusão e participação desses(as) estudantes nas atividades acadêmicas:

- Visando amenizar as dificuldades de estudantes com algum transtorno de aprendizagem, é importante que as aulas síncronas sejam gravadas e disponibilizadas em tempo hábil para que a/o estudante reveja a aula e não tenha prejuízos em relação aos conteúdos.
- Em aulas que são utilizadas apresentações em slides com textos extensos, sublinhar, colorir ou destacar as partes mais importantes do texto.

- Sempre que possível, diversificar os materiais apresentados, optar por recursos audiovisuais como imagens, vídeos e podcasts.

## 7.2 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO ESPECÍFICO DE APRENDIZAGEM

- Algumas/uns discentes com transtorno específico de aprendizagem processam informações de maneira singular, o que pode exigir maior esforço mental. Sendo assim, considere estender o tempo quando questioná-los, para que haja tempo necessário para o processamento das informações.
- Tendo em vista que cada aluna/o aprende no seu tempo e que as estratégias deverão respeitar a individualidade e especificidade de cada um, oferecer sempre que possível atividades diversificadas que despertem o interesse e a motivação.
- Estudantes com transtorno específico de aprendizagem podem apresentar dificuldades em desempenhar tarefas que exigem atenção, concentração, memória de curto e longo prazo, memória operacional, planejamento, dentre outras habilidades cognitivas. Desse modo, fracionar trabalhos em partes, estabelecer etapas e dividir datas de entrega podem ser alternativas para que estes estudantes realizem e entreguem atividades longas e/ou complexas.

## 7.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- Quanto à avaliação da aprendizagem das/os estudantes com transtorno específico de aprendizagem nas AENPE, recomenda-se que as provas sejam feitas, preferencialmente, de forma assíncrona, podendo ser realizadas de maneira síncrona desde que seja oferecido tempo adicional para finalização das mesmas.
- No que se refere a discentes com dislexia, respostas orais são as melhores indicações de sua habilidade do que o trabalho escrito. A avaliação deve ser feita, preferencialmente, de forma síncrona, privilegiando sua efetiva forma de comunicação.
- Sugere-se considerar o uso de calculadoras, tabuadas e fórmulas durante a realização de atividades e provas no que refere-se a estudantes com discalculia. Em alguns casos, a/o docente pode priorizar o entendimento conceitual em detrimento à aplicação de cálculos.

# 8. DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Em relação à surdez, Novaes(2010, p 38-39), em seus estudos, traz a definição de deficiência auditiva como o nome utilizado para indicar perda de audição ou diminuição na capacidade de escutar os sons. Desse modo, a pessoa com deficiência auditiva, é aquela que não tem surdez profunda, sua limitação sensorial é parcial. Enquanto a pessoa surda, é aquela com limitação sensorial de forma total.

É importante estarmos conscientes que, como qualquer outro indivíduo na sociedade, o surdo tem uma língua própria para se comunicar, a “Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002).

Diferentemente da pessoa surda, a pessoa com deficiência auditiva não necessariamente usa a Libras para se comunicar. A comunicação da mesma pode ser favorecida através da apreensão de informações expostas verbalmente de maneira transparente, com ideias organizadas para que haja uma devida compreensão do que se transmite.

A seguir serão apresentadas algumas orientações a fim de se estabelecer o bom relacionamento e a participação dos alunos(as) nas Atividades de Ensino Não Presenciais Emergenciais - AENPE, garantindo assim o direito legal de inclusão social da pessoa com deficiência auditiva e surda.

## 8.1 ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA ESTUDANTES SURDOS

Existem diversas plataformas e avatar como aplicativos para pessoas surdas. É preciso adequar e utilizar a tecnologia da melhor forma para que promova acessibilidade ao aluno/a. Entre estes, temos:

- Hand talk (gratuito);
- VLibras (faz a tradução da Libras para Português);
- COM LIBRAS (gratuita - necessário ter internet boa). Presença do profissional intérprete na linha;
- Central de Libras App - se faz por vídeo chamada ou por chat escrito; Existem também softwares e programas que facilitam no processo de ensino:
- OBS STUDIO (compartilhamento de telas com legendas e visualização de mais de uma pessoa)
- Stream Yard (tem acesso para a janela de Libras. Por exemplo: Youtube)
- Whatsapp (videochamada com participação do intérprete ou comunicação por escrito se o aluno for alfabetizado na língua portuguesa);
- Instagram (participação ativa de até 4 pessoas na tela, incluindo o intérprete de libras); - Skype (aulas, bate papo, conversas);
- Google Meet e Zoom (neles como se sobressai mais a voz, pode-se criar duas salas, uma para o palestrante e outra para o intérprete, para facilitar a visualização na janela pelo surdo).

## 8.2 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA ESTUDANTES SURDOS

- A aprendizagem da pessoa com surdez deve ser na frente dela, para ela, de forma clara, precisa, objetiva, descritiva e sinalizada. Do contrário, pode haver comprometimento da aprendizagem.
- Trabalhos em grupos devem ser, preferencialmente, com equipes mistas - ouvintes e surdos - e não formação de grupos homogêneos, exclusivo de surdos.
- Recomenda-se que a/o docente, nas aulas síncronas, se posicione de frente para a câmera de modo que a/o estudante possa ver seus movimentos orofaciais. Orientar que as/os colegas façam o mesmo.
- É necessário trazer uma metodologia direcionada para um ambiente bilíngue, dispondo da utilização de recursos e estratégias voltadas para a cultura surda, dando ênfase a aspectos visuais.
- Solicitar com brevidade e permitir a presença de intérpretes de língua de Sinais nas aulas síncronas.
- Deve existir parceria entre a/o professor e a/o intérprete, principalmente no momento do planejamento, podendo o intérprete dar ideias para contribuir na construção do planejamento das aulas e na elaboração das avaliações.
- É de extrema importância que a/o professor disponibilize, com antecedência, o conteúdo da aula à o intérprete para que o mesmo possa se preparar, tendo um tempo diferenciado para apreensão do conteúdo.

- Utilizar materiais visuais e outros de apoio (noticiários de TV, computadores, revistas) para favorecer a apreensão das informações expostas verbalmente.

### 8.3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES SURDOS

- Desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrado em vídeos ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos.
- A avaliação deve acontecer a partir da aquisição da linguagem que deve ser garantida através da língua de sinais, a LIBRAS.
- Verificar com a/o estudante a forma como ela/e prefere ser avaliado. Caso seja por meio do uso da Libras, a avaliação deve contar com a participação da/o Intérprete de Libras.

### 8.4 ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA (DA)

- Existem aplicativos utilizados por estudantes DA que permitem a transcrição de áudios para textos escritos. É importante que a/o professor/a conheça essas ferramentas e permita seu uso em aulas presenciais ou não presenciais. Exemplos de ferramentas de transcrição: Go Conqr, Starline, Remind, Nearpod, Google Apps for education, Zaption, Escola Digital, H5P.
- Muitos recursos e ferramentas utilizados para estudantes surdos podem ser utilizados para estudantes com DA.
- Muitos aplicativos e ferramentas têm a opção de inserir legenda descritiva, por exemplo, youtube, instagram e facebook. Caso a/o docente não tenha essa habilidade, sugere-se solicitar o suporte do setor de informática do Campus e/ou do NAPNE/ CAPNE.

### 8.5 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- Recomenda-se que a/o docente, nas aulas síncronas, se posicione de frente para a câmera de modo a que a/o estudante possa ver seus movimentos orofaciais. Orientar que as/os colegas façam o mesmo. Para facilitar essa leitura labial e a visualização de expressões faciais e corporais, a posição onde a/o professor se posiciona na janela (do computador) é importante, pois o rosto precisa estar iluminado e a imagem limpa.
- Utilizar materiais visuais e outros de apoio (noticiários de TV, computadores, revistas) para favorecer a apreensão das informações expostas verbalmente.
- A/o professor deve procurar falar pausadamente de forma que a/o estudante consiga realizar a leitura labial.
- No uso de slides e escrita na lousa, os textos devem vir com uma linguagem clara e, preferencialmente, acompanhados com imagens que permitam uma melhor compreensão pelas/os estudantes;
- Utilizar materiais visuais e outros de apoio (noticiários de TV, imagens jornalísticas, computadores, revistas, mapas, gráficos, vídeos, maquetes, pequenos textos de filmes, fotografias) para facilitar o ensino de conteúdos complexos e abstratos e favorecer a apreensão das informações expostas verbalmente.

- Utilizar o uso do apontar para o objeto somente depois de ter falado, ou seja, a/o estudante olha primeiro para quem lhe fala e em seguida para a imagem.

## **8.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

- Desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos de modo que a/o aluna/o possa expressar suas ideias e compreensão dos conteúdos, partindo de suas especificidades (ou com o uso da Língua Portuguesa como segunda língua ou o uso da Libras).

## REFERÊNCIAS:

ALVES, D; GOTTI, M.; GRIBOSKI, C; DUTRA, C. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ARRUDA, Sônia Maria Chadi de Paula; DOMINGUES, Celma dos Anjos; CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de; Parte I - alunos com baixa visão In. Domingues, Celma dos Anjos. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : os alunos com deficiência visual : baixa visão e cegueira / Celma dos Anjos Domingues ... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. ABNT NBR 9050 - Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diários Oficiais da União, 05 de out./1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13/07/90. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB no.2, de 11 de setembro de 2001. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017\\_2001.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf).

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP no. 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)

\_\_\_\_\_. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4 de 02 de outubro de 2009 Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Edital no. 01, de 26 de abril de 2011. Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007\\_salas.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf)

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Centro Nacional de Educação Especial. Plano Nacional de Educação Especial 1977/1979. Brasília: MEC: CENESP, 1977.

\_\_\_\_\_. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>

\_\_\_\_\_. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei 7.853/89, dispõe sobre a Política

Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 5.692/1971 de 11 de agosto de 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)

\_\_\_\_\_. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

CROCHIK, José Leon; DIAS, Maria Ávila; RAZERA, Karen Danielli M. F. Teoria Crítica da sociedade, investigação social empírica e educação inclusiva. *Imagens da Educação*, v. 5, n. 2, p. 01-09, 201.

DECHICHI, C. Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/viewFile/574/707>

GOFFMAN, Erving. Estigma e identidade social. In: GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988. (pgs.11-50).

IFSP. Guia Orientativo: Elaboração de materiais educativos acessíveis para reorganização das atividades acadêmicas do IFSP durante o período de enfrentamento da pandemia do coronavírus - COVID-19. São Paulo. 2020.

MANTOAN, Maria Tereza E. A Integração da Pessoa com Deficiência. São Paulo: Memmon, 1997.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. Escola Inclusiva. São Carlos: Edufscar, 2002, p. 61-86.

MENDES, E. G., VILARONGA, C. A. R., ZERBATO, A. P., Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MELO, A.; BARANAUSKAS, C. Design para a Inclusão: desafios e proposta. Natal, 2008.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. Cogea/PUC SP e Grupo Terra. A importância da audiodescrição para a inclusão social e cultural das pessoas com deficiência visual. Cogea/PUC SP e Grupo Terra. 2003

PAULINO, V. C.; CORREA, P. M.; MANZINI, E. J. Um estudo sobre a acessibilidade física em nove escolas municipais do ensino fundamental de uma cidade do interior paulista. São Paulo, 2008.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. Porto Alegre, 2012.

SILVA, Luciene Maria. Diferenças negadas: o preconceito aos estudantes com deficiência visual. Salvador: Eduneb, 2008